

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR EM MENINOS

Therianne Menezes Souza¹
Rochele Bezerra Barbosa²

RESUMO: O presente ensaio teórico objetiva trazer reflexões acerca do tema e contribuir para a produção de conhecimento sobre o abuso sexual em meninos, tendo em vista a escassez de estudos nacionais. O abuso sexual intrafamiliar em meninos parece um fenômeno da atualidade, mas essa prática ocorre há muito tempo. Este tipo de violência sexual se coloca como uma questão preocupante, considerada um problema de saúde pública e uma das manifestações mais perversas, que destrói os direitos fundamentais do ser humano. Autores como Koller e Cromberg contribuíram com pesquisas científicas, que mostram os sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas. Além disso, os estudos apontam que nos últimos anos foi verificado aumento no índice de crianças e adolescentes abusados sexualmente nas regiões sul e sudeste. Foi possível constatar que há mais investigações envolvendo crianças/adolescentes do gênero feminino do que no gênero masculino. A dificuldade dos meninos em relatar as vivências do abuso e as dúvidas quanto a sua sexualidade, o segredo e a vergonha são os principais aspectos na discussão dos estudos encontrados. Conclui-se que a violência sexual em meninos ocorre e necessita de mais atenção e estudo, além disso é necessário mais estímulo das pesquisas nacionais sobre a temática.

Palavras-chave: Violência sexual, Abuso sexual em meninos, Segredo, Vergonha.

INTRA-FAMILY SEXUAL ABUSE IN BOYS

ABSTRACT: This theoretical essay bring reflections about the subject and make contribute for the production of knowledge about sexual abuse in children, in the scarcity of national studies. The intra-family sexual abuse in boys show the present phenomenon, but this practice occur in long time ago. This type of sexual violence arises an issue of concern, considered a public health problem and the evil manifestations destroys the fundamental rights of human beings. Koller and Cromberg contributed scientific research, showing the serious damage to the development of victims. Furthermore, studies show that in recent years it has been found increases in the index children and sexually abused adolescents in South and Southeast in Brazil. Note there are more investigations involving children/adolescents females than in males. The difficulty of boys to report the experiences of abuse and doubts their sexuality, secrecy and shame are the main aspects in discussion of the studies found. We conclude that sexual violence boys occurs and needs more attention and study also is needed more stimulation of national research on the topic.

Keywords: Sexual violence, Sexual abuse in boys, Secret, Shame.

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR EN NIÑOS

RESUMEN: Este ensayo teorico tien el objetivo de traer reflexiones sobre el tema y contribuir para la producción de conocimiento sobre el abuso sexual en los niños, en relación a la escasez de los estudios nacionales. El abuso sexual intrafamiliar en niños

¹Graduanda em Psicologia - Faculdade Pio Décimo. E-mail: therymenezes@gmail.com

²Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunto do Curso de Psicologia – Faculdade Pio Décimo.

arece un fenómeno della actualidad, mientras és una práctica muy antigua acerca del tiempo. Esto tipo de violencia sexual surge como uno asunto de preocupación, considerado uno problema del salud pública y una de las manifestaciones que mas destruye los derechos fundamentales de los seres humanos. Autores como Koller y Cromberg, contribuyeron con la investigación científica que muestra el daño grave para el desarrollo de víctimas. Además, los estudios muestran que en los últimos años se hay encontrado aumentos en lo indicador de los niños y adolescentes víctimas de abuso sexual en las regiones Sur y Sureste del Brasil. Tenga en la cuenta que hay más investigaciones que involucran niños y adolescentes mujeres que en los mismos hombres. La dificultad de los niños para reseñar las experiencias dello abuso y dudas acerca de su sexualidad, el secreto y la vergüenza son los principales aspectos en discusión de los estudios encontrados. Llegamos a la conclusión de que la violencia sexual en niños se produce y necesita más atención y estudio también se necesita más estimulación de la investigación nacional sobre el tema.

Palabras-claves: Violencia sexual, Abuso sexual en niños, Vergüenza, Secreto.

Introdução

Entre as múltiplas violências a que estão submetidas às crianças e os adolescentes do sexo masculino, a violência sexual se coloca, como uma questão preocupante. É uma das manifestações violentas mais perversas, em que há o abuso do poder, visto que destrói a manifestação mais humana que a civilização construiu – o direito à liberdade, à vida e à segurança e comprometendo, principalmente, o desenvolvimento afetivo do sujeito. O abuso sexual, uma das formas de maltratar a criança e jovem, tornou-se ocorrência corriqueira em todos os países, pois, a cada ano, milhares de crianças e adolescentes são vítimas deste tipo de violência sexual.

No âmbito social, a partir da consulta em bases de dados como o BVS-PSI (Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia Brasil), que abrange o período entre 1996 e 2014, com os seguintes descritores: violência sexual, abuso sexual, abuso sexual intrafamiliar e abuso sexual em meninos com critérios para artigos brasileiros e leitura completa dos mesmos encontrados em bases como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), LILACS

(Literatura Latino - Americana e do Caribe em Ciências da saúde), Google Acadêmico, teses de mestrado, doutorado e livros, foi possível identificar que há muitos estudos científicos a respeito do tema abuso sexual. No entanto, há poucas pesquisas com foco no abuso sexual intrafamiliar em meninos.

Violência sexual

A palavra violência é caracterizada por diversas vertentes, pois tornou-se, nas últimas décadas, um campo que suscitou uma série de estudos e trouxe para o seu entendimento o seguinte conceito, apresentado por Chauí (1999):

Violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos (s/p).

Sob a luz da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), a

violência foi definida como “o uso do poder em forma de ameaça, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, com grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (s/p).

Em se tratando de violência contra crianças e adolescente, são evidentes as relações de poder exercidas por uma figura mais forte, seja adulto ou não adulto (adolescente mais velho), isto é, confrontam-se atores/forças com poderes desiguais, não podendo ser vista como resultado de forças de natureza humana, a exemplo de obra do demônio (Faleiros, 1997).

Diante dos conceitos supracitados, a violência possui causas e diferentes consequências, que apresentam relação com o desenvolvimento psicosssexual dos indivíduos envolvidos e a maneira como a sexualidade é vivenciada pelas mesmas, nas famílias em que estão inseridas, assim como na sociedade em que vivem (Vasconcelos & Maio, 2010). Suas diferentes formas, a violência física, psicológica, sexual e social, não são excludentes, mas sim, cumulativas (Faleiros & Faleiros, 2007). Nesse sentido, “a violência é uma violação do direito de liberdade, do direito de ser o sujeito constituinte da própria história” (Araújo, 2002, p. 4), envolvendo questões legais de proteção à criança ou ao adolescente e de punição ao agressor.

A violência na infância e juventude é tão alarmante que provocou a mobilização da sociedade, resultando na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que afirma, em seu artigo 3º, os direitos fundamentais e indispensáveis na vida do sujeito em formação, assegurando por lei o direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. O artigo 5º prescreve que, na infância e na juventude, nenhum indivíduo será objeto de qualquer forma de violência,

negligência, crueldade, opressão e será punido pela lei ao cometer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Corroborando com esta ideia, o legislador determinou situações como exploração, crueldade, discriminação, opressão, agressão, que constituem formas de violência que prejudicam o desenvolvimento moral e/ou físico da criança ou adolescente (Moraes & Silva, 2012).

Nesse ínterim, a violência sexual é considerada um crime na legislação brasileira contra as crianças/adolescentes, em especial quanto a sua sexualidade, negando o direito desses sujeitos ao desenvolvimento psicosssexual. O poder arbitrário do adulto agressor sobre as crianças e adolescentes desestrutura a identidade da pessoa vitimada, caracterizando-se como um comportamento perverso (Faleiros & Faleiros, 2007).

Dados epidemiológicos do Disque Denúncia 100 apontam que, de janeiro a julho de 2010, no Brasil, foram registradas 7.263 denúncias de violência sexual, 59% foram vítimas do sexo feminino e 41 % vítimas do sexo masculino, sendo o maior número de registros na região Nordeste, com 2.839 notificações. No estado de Sergipe, especificamente, foram registrados 537 casos de violência sexual em crianças e adolescentes (SEIDES, 2009).

A violência sexual é caracterizada pelo abuso ou exploração do corpo do sujeito para obtenção de prazer sexual. Ela acontece, na maioria das vezes, pelo uso de força ou outra forma de manipulação, incluindo também o sexo sem consentimento. Percebe-se que a violência sexual não se caracteriza apenas pelo ato da penetração. Ela traz um englobamento, tanto dos lados psíquicos, sociais e culturais, bem como se configura como uma relação extremamente abusiva (Libório & Castro, 2010; Disque Direitos Humanos 100, 2012).

Partindo do pressuposto, percebe-se uma relação desumana entre o adultos e crianças/adolescentes, agressivas no lugar de afetivas, negligenciadoras no lugar de protetoras, dominadoras no lugar de democráticas, perversas no lugar de amorosas (Faleiros & Faleiros, 2007). Com isso, constitui-se uma relação de poder baseada em desigualdade, prejudicando, principalmente, o desenvolvimento físico e psíquico do sujeito violentado.

Ressalta-se ainda que se trata de uma relação erótica, em que o objetivo é a busca de prazer pelo adulto, apesar de que a criança ou adolescente pode sentir prazer em algum momento. Envolve também atividades com ou sem penetração. Sem contato físico, são evidenciados o voyeurismo (ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas) e as “cantadas” eróticas. Enquanto que a atividade com contato físico ocorre desde os beijos até o ato sexual. Pode acontecer com ou sem a violência física e esta relação de abuso pode ser entre indivíduos do mesmo sexo, um adolescente ou ser do seio familiar (Prado, 2006)

A violência sexual apresenta-se pelo abuso ou exploração sexual como uma das formas de mais perturbadoras e violentas contra crianças e/ou adolescentes, considerada um fenômeno antigo, mas apenas tornou-se um problema social no século XX, quando passou a ser inserido no contexto dos direitos humanos. Este tipo de violência possui consequências sérias no desenvolvimento físico, mental e social deste sujeito (Conselho Federal de Psicologia, 2009).

Ademais, por ser um tipo de violência subentendida de forma ampla, ela se apresenta sob diversas direções, podendo ser entendida como negligência ou agressão física, psicológica, social e sexual. Neste estudo, investigar-se-á o abuso sexual, que é entendido como um tipo de

violência sexual caracterizado por violência interpessoal e subjetiva, que pode se protelar durante meses ou anos. Portanto, um processo que restringe o sujeito violentado à condição de objeto de maus tratos, sendo uma forma de violação e negação de valores humanos fundamentais (Prado, 2006).

Abuso sexual

Muitos estudiosos relutam até hoje na tentativa de explicar o real significado da palavra abuso sexual, pois não há um conceito único, mas sim um entendimento aproximado da palavra. Sendo assim, Cromberg (2012) entende que o abuso sexual é uma situação desencadeada pelo ato sexual em que não precisa existir o envolvimento físico, o qual geralmente é praticado por uma pessoa do seio familiar ou estranhos, utilizando o corpo do indivíduo sem o seu consentimento.

Já a Associação Americana de Psicologia (2010) explica que não é fácil encontrar um conceito exato sobre o abuso sexual, percebendo-se a existência de muitas definições de tal temática (Aded, Dalcin & Calcanti, 2006; Cromberg, 2012; Amazarray & Koller, 1998; Kristensen, 1996). O abuso sexual é entendida como uma violação dos direitos por meios sexuais, em crianças e adolescentes, a qual inclui qualquer contato físico ou sexual e pode ocorrer também em relacionamentos de confiança. Essa prática é considerada uma forma ativa de maltratar crianças e adolescentes, expondo-os à estimulação sexual inadequada para a sua etapa de desenvolvimento (Lordello & Costa, 2013).

Nesse entendimento, o abuso sexual é só mais uma forma de violar os direitos e provocar danos em crianças e adolescentes, os quais já são vulneráveis a outras e diversas formas de violações, como a negligência, o abandono e os vários tipos de violência (sexual, psicológica, física, entre outras). O certo

é que, de todos esses tipos de maus tratos, não se sabe dizer qual é o mais danoso e quais deixam mais alterações na saúde física e psíquica (Aded, Dalcin & Calvacanti, 2006). O que se sabe é que, dentre eles, o abuso sexual contra esses sujeitos passou a ser estudado e observado com mais preocupação somente depois do século XVII, no qual ocorreram transformações na maneira de perceber esse ato. No entanto, pouco se estudou sobre as consequências deste tipo de violência (Cogo, Mahal, Hoch & Oliveira, 2011).

Historicamente, essas mudanças ocorreram nas reformas humanísticas, religiosa e políticas associadas à Renascença, em que o abuso foi visto e mantido sob controle. O fato é que as relações sexuais entre adultos e crianças e/ou adolescentes já não era mais tolerado pela sociedade e, com isso, passaram a enfatizar mais a educação dessas crianças (Sanderson, 2008). Em vista disso, Ariés (1981) chama atenção para um fato que “uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e a mais respeitada de todas, exige que diante das crianças, os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jacosa, a assuntos sexuais” (p. 106).

Embora Sanderson (2008) acredite que o fato do abuso sexual ser de natureza social, ou seja, influenciado pela cultura e por dados históricos, a conceituação da prática de maneira exata é dificultada, o que torna trabalhoso a obtenção de dados estatísticos sobre o assunto em questão. Sobre isso, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (2002) entende abuso sexual como uma situação em que a criança ou adolescente é colocado como objeto para satisfação sexual do adulto ou mesmo do adolescente mais velho, baseado numa relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação dos órgãos genitais, voyeurismo, e exibicionismo (exibição

dos órgãos genitais, de masturbação ou de relação sexual), até o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem violência física.

Nesse contexto, o abuso sexual em crianças e adolescentes tem sido considerado e reconhecido nos últimos tempos como um grave problema de saúde pública e social. No Brasil, apesar das investigações da dinâmica e consequências desse tipo de violência sexual, necessita-se de estudos mais subjetivos e intervenções no abuso sexual intrafamiliar em meninos (Habigzang, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008), pois o abuso sexual nesse público também é percebido como uma das formas de violência que provoca danos ao indivíduo, sejam físicos ou psíquicos, violência está já conhecida e discutida desde a antiguidade (Aded, Dalcin & Calvacanti, 2006). Ou seja, as consequências são prejudiciais à vida da vítima.

Essa dominação sexual perversa, exercida por adultos em crianças e adolescentes, pode ser intrafamiliar ou não, heterossexual ou homossexual. Ocorre, geralmente, em lugares fechados (residências, consultórios, hospitais, escolas) e inclui diferentes e variadas formas de relações abusivas (Faleiros & Faleiros, 2007).

Quanto às diferentes formas de relações sexuais entre adultos e crianças e/ou adolescentes, é importante ressaltar a distinção entre o abuso sexual e exploração sexual. O primeiro se estabelece dentro (intrafamiliar) ou fora (extrafamiliar) de casa e não envolve dinheiro. O segundo, na qual existe, também, o ato sexual, funciona como um comércio usufruído por redes criminosas e pode ocorrer em estradas, tráfico para fins sexuais, turismo sexual e pornografia (Cerqueira-Santos, Rezende & Correa, 2010).

Cumprido ressaltar que, independente da forma abusiva à qual a criança ou o adolescente são expostos, não cabe ficar somente no âmbito do

conceito, o qual reduz a possibilidade de tratar essas questões de forma mais subjetiva. Deve ser considerado que esses sujeitos, os quais vivenciam essa violência, estão em processo de desenvolvimento psicossocial e, portanto, precisam ser escutados.

Abuso sexual intrafamiliar

Considerando-se as definições de abuso sexual, faz-se necessário especificar suas diferentes categorias. Alguns autores (Habigzang, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008; Neves, Castro, Hayeck & Cury, 2010) caracterizam incesto como o abuso sexual intrafamiliar, onde os membros possuem um vínculo parental. O incesto, como uma relação sexual entre parentes consanguíneos, é proibido pela lei que caracteriza cada sociedade. Em geral, entre mãe e filho, pai e filha, irmão e irmã. Por extensão, a proibição pode incluir as relações sexuais entre tio e sobrinha, tia e sobrinho, padrasto e enteada, madrasta e enteado, sogra e genro, sogro e nora (Roudinesco, 1998).

Quando o abuso sexual ocorre dentro da família, entre seus membros, este é chamado intrafamiliar e está diretamente relacionado a um segredo e ao silêncio entre os membros da família. Esse movimento do seio familiar é marcado por relacionamentos, sentimentos e por segredos (Vasconcelos & Maio, 2010).

A violência sexual intrafamiliar que ocorre no ambiente doméstico, pode envolver parentes, embora aconteça com mais frequência entre os membros que convivem sob o mesmo teto (Araújo, 2002). Essa prática no ambiente familiar pode trazer, como correlato, a vivência de violência física, psicológica e negligência, que são situações que se encontram muito associada (Libório & Castro, 2010). Essa modalidade chama a atenção para o “pacto do silêncio”, que é o vínculo entre abusador e o indivíduo que

vivenciou o abuso, tornando, desse modo, seu estudo mais intrigante e complexo, complexidade capaz de mobilizar diferentes emoções àquele que se depara com este tipo de violência (Amaral, 2011).

Este tipo de abuso traz outras variáveis que remanejam o ato abusivo, incluindo múltiplos lados como a dinâmica familiar, vínculos, segredos, relações de poder e outros aspectos que merecem um tratamento metodológico sensível a esta configuração complexa do fenômeno. Há, na abordagem complexa do abuso sexual intrafamiliar, uma nítida articulação entre saúde e desenvolvimento humano (Lordello & Costa, 2013).

No segredo, conjugam-se o que não se pode caracterizar através do discurso, aquilo que a fala não pode expressar, o que não se pode nomear por ser confuso ou inqualificável e aquilo de que não se fala por vergonha, culpa ou autocensura. O segredo familiar é construído em torno do abuso sexual, sendo uma proibição de verbalizar os fatos e pensar sobre o ocorrido. Esta proibição pode ser explícita, mas, na maioria das vezes, apresenta-se de forma tácita e ligada ao modo de comunicação não-verbal predominante nas famílias que maltratam crianças (Oliveira, 2012).

No que concerne à criança, Crivillé (1997) afirma que acreditar ou não no discurso dela

É um problema que os adultos têm entre si. São os adultos que, afinal de contas, definem as regras do “jogo” e sua arbitragem. A criança não pode fazer mais que falar ou se calar. Será ouvida apenas em função daquilo que os adultos pensam ou querem pensar dela (p. 133).

Por isso, as crianças que sofreram abuso sexual sentem raiva da pessoa que abusou, além de sentirem-se desprotegidas, culpadas e dominadas

pelo medo de revelar, assim como culpam as genitoras, por não tê-las protegido do abuso e pela posição de desamparo que tiveram de suportar na família, sem poder falar para ninguém sobre a experiência do abuso sexual, às vezes, extremamente assustadora ou desorientadora (Furniss, 1993).

Nesse contexto, percebe-se a disfuncionalidade no contexto familiar onde ocorre o abuso sexual, em que o papel ou função seria de proteção e ocorre o abandono e/ou negligência, possuem características como: filhas desempenhando papel de mãe; filhas que apresentam comportamento autodestrutivo ou de mutilação em si mesmo; crianças com poucos amigos ou isolamento, preferindo brincar ou ficar sozinha e retraída; e comportamento sexual inadequado para a fase desenvolvimento. Além disso, essas famílias podem apresentar atitudes hostis diante de pessoas desconhecidas e os pais dificilmente autorizam entrevista de um profissional a sós com sua filha ou a deixam sozinha com outras pessoas (Amazarry & Koller, 1998).

Por fim, entende-se que, em casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças, a dinâmica familiar se encontra fortemente sustentada na interação abusiva, devido ao papel exercido pelo segredo, no que se refere ao estabelecimento e à manutenção da coesão do grupo. Esse papel agregador do segredo, por sua vez, concorre para retroalimentação do abuso sexual em crianças, fundamentando a enunciação de tal ato como uma síndrome de segredo (Oliveira, 2012).

Abuso sexual em meninos

A violência sexual especificamente em meninos remonta desde a antiguidade, e este abuso era utilizado como uma forma de tirar o poder do homem, sendo significado de uma possível derrota para as vítimas

(Sanderson, 2005). Desde então, a questão do abuso em meninos é pouco compreendida, repleta de mitos e desinformação. No imaginário social, prevalece a ideia de que meninos ou homens não podem e não são abusados sexualmente (Pinto Júnior, 2003).

Talvez esse seja o motivo pelo qual a maioria dos estudos científicos tem focalizado sua atenção na violência sexual em meninas, justificando assim as estatísticas, que apontam um número elevado. Acredita-se que o abuso sexual em meninos seja algo pouco encontrando, mas que pode trazer impacto para este indivíduo. Isto pode estar entrelaçado com o fato de que muitos meninos não revelam o abuso ocorrido por sentirem que não acreditarão em suas palavras. Assim, são sujeitos que ficam em silêncio por medo do julgamento, principalmente, sobre a sua masculinidade (Prado, 2006).

Uma vez que, nos valores do machismo e nos códigos civis instituíam-se o poder do adulto sobre a criança, do homem sobre a mulher e são ainda originário das situações da violência sexual, evidenciadas na forma como os meninos lidam com a questão quando são abusados sexualmente (Faleiros, 2003).

Dentro da cultura machista, a sociedade recai os olhares e sentimentos estereotipados aos meninos que passaram pela vivência do abuso, impendendo de se perceberem como “homens”, fazendo-os acreditar serem homossexuais (Almeida, Penso & Costa, 2009).

O medo, a culpa e a vergonha são sentimentos que envolvem a dinâmica do silêncio do abuso sexual. Acredita-se que adolescentes do sexo masculino tenham dificuldade de denunciar a situação abusiva, pois enxergam essa relação sexualmente abusiva como sendo homossexual e que, portanto, implica na discriminação e estigmatização (Cohen & Gobetti,

2000). Nesse caso, é importante perceber o modo como os meninos vítimas do abuso sexual internalizam esta situação, pois estes chegam a apresentar conflitos entre eles, dificuldade na socialização em grupos e, principalmente, no que diz respeito à sexualidade.

Sobre essas questões Diamanduros (2004) explica que:

Em nossa sociedade, os homens são socializados para ser dominante, independente, poderoso, agressivo e autoritário. Há uma pressão nos meninos para competir e alcançar. Os meninos são incentivados a controlar seus sentimentos e não estão autorizados a expressarem sentimentos de medo, impotência e vulnerabilidade. Além disso, é aceitável em nossa sociedade para os homens ser sexualmente experiente e ativo. Enquanto as meninas são proibidas de exercer exploração sexual, os meninos são permitidos a serem sexualmente ativos, enquanto a atividade é orientada para heterossexualidade (p. 25-26).

Em geral, os adolescentes do sexo masculino ou homens não sentem coragem de falar sobre sentimentos e experiências em uma cultura homofóbica e com estereótipos de masculinidade e sexualidade, mas são pressionados à aguentar tal situação em silêncio. São gerados sentimentos de vergonha e culpa ao falar sobre essa vivência. A diferença do sexo na denúncia do abuso sexual indica que tal ato em meninos permanece “obscuro” (Sanderson, 2005).

Percebe-se que os estereótipos de masculinidade interferem no relato das experiências vividas pelos adolescentes do sexo masculino, pois os mesmos temem as reações da família e até mesmo de pessoas próximas. É fundamental ter atenção em relação ao aumento do abuso sexual das vítimas do

sexo masculino, pois muitos silenciam por diversos motivos, podendo ser destacado o medo das reações homofóbicas. Por outro lado, esses adolescentes, que vivenciaram tal experiência do abuso, tentam mostrar aos seus colegas, que não são homossexuais e começam a ter condutas de sedução para com o sexo oposto (Almeida, Penso & Costa, 2009).

Percebe-se que ainda é uma temática pouco estudada e investigada e a maioria das vezes passa despercebida como se fosse uma situação sem importância pela família do indivíduo e por profissionais em diversas áreas e pela sociedade, com isso nota-se uma dificuldade em denunciar este tipo de abuso (Prado, 2006).

Sobre isso, alguns autores mencionam que os adolescentes do sexo masculino possuem dificuldade ou às vezes não mencionam o fato ocorrido para proteger o agressor, reflexo do medo de que essa revelação poderá causar a desestruturação familiar do autor da violência. A duração e frequência nas quais ocorre este tipo de violência sexual são fatores que apontam para o impacto deste abuso para o desenvolvimento desta criança/adolescente (Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012).

Na verdade, esses meninos que vivenciam o abuso acreditam serem culpados pela violência por não terem revelado logo após ter acontecido, pois sentem vergonha e não possuem pessoas a quem confiar e revelar. Estudos apontam que os meninos relatam a importância da psicoterapia quando vivenciam tal experiência, ao perceberem que podem falar suas angústias a respeito do assunto (Hohendorff, Habigzang, Rodrigues & Koller, 2012).

Em uma pesquisa realizada por Almeida, Penso & Costa (2009) com um adolescente do sexo masculino que vivenciou o abuso sexual dentro da família, elas afirmam que a mãe da

vítima demonstra dificuldade em voltar a confiar no filho e em acreditar como isto aconteceu e porque, pois confiou em sua família. Percebe-se que a reação do pai com relação a esta situação levou os autores a alguns questionamentos, como quais sentimentos este genitor vivenciou, porém ele prefere não falar mais sobre isso, escolhendo o silêncio. Outro ponto mencionado na pesquisa foi quanto à sexualidade deste menino, sendo o maior temor dos pais o medo de que este adolescente se torne um abusador ou que venha a se transformar em homossexual. No entanto, a pesquisa mostra também que este menino pode ter tido ganhos financeiros e afetivos e principalmente com relação ao medo do abusador, no qual este agressor ameaça e o mesmo tenta restringir seus espaços de locomoção para não o ver.

Nesse ínterim, outra pesquisa exhibe que foram identificados no menino sentimentos como medo, sob vários aspectos, como de expressar o acontecido, de ficar sozinho, medo de escuro, das pessoas, da estigmatização e da homossexualidade. O autor identifica em um participante adolescente que a vergonha da situação foi tão intensa que o levou a um quadro depressivo e tentativa de suicídio. A culpa também foi identificada em alguns, com origem em alguns fatores como, achar que poderia ter reagido à situação, revelar o ato abusivo e principalmente não sentir a responsabilização que a família o coloca. O medo da homossexualidade também foi constatado durante o processo da pesquisa e muitas vezes incentivado pela própria família da vítima, no qual insinuam de maneira negativa que o menino possui trejeitos (Pires Filho, 2011).

Um estudo mais atualizado realizado por Hohendorff, Habigzang e Koller (2014), mostra as principais consequências da violência sexual para meninos e homens vítimas. Implicações relacionadas a dúvidas quanto à

identidade de gênero e orientação sexual é a principal diferença entre os casos de violência sexual em meninos e casos em meninas. Esta pesquisa apresenta a confusão nos meninos sobre sua masculinidade, no qual, durante o processo, notou-se uma inibição nas falas, ou seja, anseios como medo, abandono e vergonha.

Considerações Finais

Algumas pesquisas apontam para a dificuldade em se encontrar meninos abusados sexualmente, pois se entende que são pouco notificados, e assim então é mantido o segredo desta violência, no qual dificulta a condução de pesquisas. A maioria dos estudos científicos revelam que o abuso sexual é um fenômeno antigo, considerado um ato de brutalidade e perverso, prejudicando o desenvolvimento psicossocial do adolescente, e que a família está associada diretamente ao segredo, silêncio, culpa e vergonha. Mostram também que as meninas apresentam um maior índice de notificação de abuso sexual.

Os estudos referentes ao abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos humanos. Esse ensaio teórico indica a necessidade de mais estudos nacionais sobre o abuso sexual intrafamiliar em meninos. Percebe-se que aspectos como vergonha, medo, silêncio, dificuldade em revelar o abuso, bem como sobre masculinidade, no qual foi construído pela sociedade que os homens ou meninos são fortes, podem fazer com que esses indivíduos que são vítimas não revelem o abuso.

Cumpramos ressaltar que, apesar de ser um tema relevante para a psicologia, pouco se conhece de contribuições nesse assunto, a qual pode, a partir de pesquisas mais qualitativas e direcionadas, intervir no sentido de escutar esses meninos sobre sua vivência, possíveis conflitos familiares,

o segredo e a interferência dessa experiência em sua vida. Por fim, este artigo teórico buscou contribuir com mais pesquisas de conhecimento acerca do abuso sexual intrafamiliar em meninos no Brasil, além de proporcionar uma reflexão sobre a temática, pois percebe-se que este assunto pode ser um problema de subnotificação que necessita ser estudado.

Referências

- Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M., & Calvacanti, M. T. (2006). Abuso sexual em crianças e adolescentes: 100 anos de literatura. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 33(4), pp. 204-213.
- Almeida, T. M. C., Penso, M. A., & Costa, L. F. (2009). Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino? *Estilos de Clínica*, 19(26), 46- 67.
- Amaral, L. R. O. G. (2011). *Compreendendo a violência intrafamiliar contra a criança: reflexões sobre atuação e formação*. Congresso Nacional de Psicologia Educacional e escolar. Universidade Estadual de Maringá. Recuperado de <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/74.pdf>.
- American Psychological Association. (2010). *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre. Artmed.
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), pp. 559-578.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), pp.3-11.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência - ABRAPIA. (2002). *Abuso sexual: mitos e realidades*. (3ª ed.). Petropólis: Editora Autores & Associados.
- Cerqueira-Santos E., Correa, P., & Resende, N. (2010). Adolescentes vítimas de exploração sexual: um estudo de casos múltiplos. *Contextos Clínicos*, 3(2), pp. 113- 123.
- Chauí, M. (1999). Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo, São Paulo. Recuperado de http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_4.htm.
- Cogo, K. S., Hoch, V. A., Mahl, A. C., & Oliveira, L. A. (2001). Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. *Revista: Unoesc & Ciência*, 2(2), pp. 130- 139.
- Cohen, C. & Gobetti, G. J. (2000). O incesto: abuso sexual intrafamiliar. *CEARAS - Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual*. Recuperado de <http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>.
- Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: CREPOP.
- Crivillé. A. (1997). Nem muito, nem pouco. Exatamente o necessário. In: M. Gabel (Org.) *Crianças Vítimas de Abuso sexual* (pp. 132-143). São Paulo: Summus.

- Cromberg, R. U. (2012). *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diamanduros, T. D. (2004). *Traumatic stress symptomatology in sexually abused boys*. Tese de doutorado. New York University, New York.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: DF.
- Faleiros, E. T. S. (2003). *O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (dês) caminhos da denúncia*. Presidência da República. Secretaria Especial dos direitos humanos. Brasília.
- Faleiros, E. S., & Faleiros, V. P. (2007). *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação.
- Faleiros, V. P. A. (1998). Violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: M. F. P. Leal e, M. A. César (Orgs.). *Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes* (pp. 9-28). Brasília: CECRIA.
- Habigzang, L. F., Dala Corte, F., Hatzenberger, R., Stroehel, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), pp. 338-344.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência Sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), pp. 395- 415.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., Rodrigues, L. S & Koller, S. H. (2012). Produção e utilização de um documentário sobre violência sexual contra meninos. *Psicologia USP*, 43(2), pp. 228-236.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). *Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção*. Curitiba: Juruá.
- Kristensen, C. H. (1996). *Abuso sexual em meninos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Libório, R. M. C., & Castro, B. M. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: M. A. Ungaretti (Org.). *Crianças e Adolescentes. Direitos e Sexualidade – Childhood Brasil*. São Paulo: Caderno de Fluxos e Textos.
- Moraes, S. V., & Silva, (2012). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma análise do projeto “Depoimento sem dano”. *Revista Eletrônica Multidisciplinar*, 1(6).
- Neves, A. S., Castro, G. B., Hayeck, C. M., & Cury, D. G. (2010). Abuso sexual contra crianças e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*, 18, pp. 99-111.
- Oliveira, A. C. (2012). Abuso sexual intrafamiliar de crianças e a família como totalidade. *O Social em questão – Ano XV – Nº 28*. Rio de Janeiro.
- Prado, S. F. (2006). *Dimensões da*

- violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório.* Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.
- Pires Filho, M. F. (2011). *Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições.* (1ª Ed.). Curitiba: Juruá.
- Pinto Júnior, A. A. (2003). *Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico.* Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Roudinesco, E., & Pilon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sanderson, C. (2008). *Abuso sexual em crianças. Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia.* São Paulo: Editora LTDA.
- Sergipe, (2009). Secretaria de Estado da Inclusão Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides). *Atendimentos Realizados em 2009 pelos CREAS do Estado de Sergipe.*
- Vasconcelos, M. G. O. M., & Maio, J. S. M. (2010). Abuso sexual de crianças e adolescentes. Avanços e desafios da rede de proteção para implantação de fluxos operacionais. In: M. A. Ungaretti (Org.). *Crianças e Adolescentes. Direitos e Sexualidade – Childhood Brasil.* São Paulo: Caderno de Fluxos e Textos.